

ATA NÚMERO 6
SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2014

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Hélder José Magalhães Ferreira e Eng^a Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: Dr. José Luís Gaspar Jorge, Dr. António José Cerqueira Dinis Mesquita, Prof. Dr. Jorge José Magalhães Mendes, Dr. Raimundo Magalhães Carvalho, Dr. Pedro Manuel Barros Pereira, Dra. Lucinda Silva Fonseca Moreira, Dra. Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, senhor André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e o senhor Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Octávia Manuel Clemente, **Joaquim Augusto Teixeira**, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, **Ana Cristina Torres Varejão dos Reis**, Fernando Miguel Sousa Cardoso, José Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Ana Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Rui Miguel Ferreira Borges**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Luís Teixeira Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Oliveira Fonseca Pinto de Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – Jorge Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Joaquim Cândido Leite Moreira
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
TELÕES – Domingos Pinheiro

TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Carlos Alberto Pereira Gomes
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Teixeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA – Lino Manuel dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Carlos António da Silva Carvalho e Alexandra Matias.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à leitura e aprovação das atas das sessões anteriores, a de 28 de fevereiro e vinte e nove de março, de dois mil e catorze. Relativamente às referidas atas, solicitaram alterações que foram de imediato efetuadas, os senhores: António Araújo, Octávia Clemente, Luís Van Zeller e Fernando Moura e Silva. Nesta altura, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou aos senhores deputados, que sempre que queiram que sejam feitas alterações às atas, as tragam por escrito.

De seguida pôs à votação as atas. Para a de 28 de fevereiro apurou-se o seguinte resultado: **Aprovada por Unanimidade.**

Para a de 29 de Março, foi então apurado o seguinte resultado: **Votos contra – 00, Abstenções – 4, Votos a favor – 46.**

O senhor Presidente da Assembleia deu continuidade aos trabalhos com a leitura da correspondência recebida até à data da realização da reunião. Deu especial ênfase a um ofício do Ministério do Ambiente, sobre “Um conjunto de reformas legislativas e regulatórias no setor dos resíduos sólidos urbanos”. Documento aliás que mandou fotocopiar e distribuir por todos os senhores deputados. Leu um outro ofício sob o título: “Apelo em defesa da escola pública”, onde se pede “Uma eventual subscrição individual, solicitando ainda que seja colocada à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal”.

De seguida, deu entrada na mesa uma Moção, subscrita por todos os líderes com assento na Assembleia, que a seguir se transcreve:

“Pela defesa do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa”.

A opção por um modelo de Serviço Nacional de Saúde (SNS) é reconhecida como a melhor forma de garantir os valores de acesso, de equidade e da solidariedade. O SNS tem sido um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional.

Foi com muita preocupação que o Município de Amarante constatou que, com a publicação da Portaria nº 82/2014, de 10 de abril, o Ministério da Saúde tenciona encerrar alguns serviços de excelência no centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (CHTS).

No caso em apreço, a Portaria classifica o CHTS no Grupo I, referindo que a sua área de influência atinge entre 75.000 a 500.000 habitantes, o que não corresponde à

verdade, porquanto basta consultar os dados estatísticos para se perceber que este número é, na realidade, consideravelmente superior.

Além disso e a manter-se o previsto na Portaria, o Hospital de referência da nossa região perderá um conjunto importante de valências: obstetrícia, neonatologia, cirurgia vascular e cirurgia plástica.

Tal poderá implicar o encerramento da maternidade do CHTS que, sublinhe-se, é a segunda maior da região norte, tendo feito, só em 2013, 2354 partos. Existe ainda um índice que se destaca pela positiva, na medida em que as cesarianas estão abaixo da média nacional, o que, como se compreende, resulta em custos substancialmente mais baixos para o erário público.

Ademais, se se concretizar o encerramento do serviço de cirurgia vascular, encerra também a via verde AVC. Que está classificada no ranking nacional em quarto lugar (só em 2013 foram operados 51 doentes em contexto severo, o que é considerado um número notável).

Por outro lado, se a Portaria fosse implementada, afetaria profundamente toda a região, em particular os municípios do interior, já tão penalizados pelas difíceis acessibilidades.

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão ordinária a 30 de Abril de 2014 delibera: 1 – afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde; 2 – Exigir a imediata revogação da Portaria nº 82/2014, de 10 de abril, no que respeita ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa; 3 – Exortar o Governo e a Administração Regional de Saúde do Norte a não alterarem, de forma unilateral e artificial, a área de influência daquele Centro Hospitalar; 4 – Exigir que a reforma hospitalar seja feita ouvindo as autarquias da nossa região.

Mais delibera enviar esta Moção:

A sua Excelência o Primeiro-ministro;

A sua Excelência o Ministro da Saúde;

Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;

À Administração Regional de Saúde do Norte”.

Relativamente a esta Moção inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que esta Moção vem de encontro a uma outra que foi apresentada na CIM. Numa das reuniões da CIM foi entendido que era importante fazer aprovar uma moção na Assembleia Municipal. Daí estar-se hoje a discuti-la.

Disse ainda que a CIM já pediu uma audiência ao senhor Ministro da Saúde. A Portaria 82/2014, de 10 de abril, tem fragilidades relativamente à zona do Tâmega e Sousa. A sua eficácia só se fará sentir em 2015. Por isso, é preciso começar já a fazer esforços que possam de alguma forma travar este processo.

Relativamente a este assunto mais nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra e por isso passou-se de imediato à votação da Moção, tendo esta sido aprovada por **Unanimidade**.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Inscreveram-se para este período os senhores:

JOSE JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra, fez a intervenção que a seguir se transcreve: “A saúde é fundamental na vida das pessoas e deve ser apoiada por políticas e ações eficazes. O bem estar das pessoas e da sociedade é fundamental para a produtividade e a prosperidade económica, ou seja, para o ambicionado crescimento económico.

A concelhia do Partido Socialista de Amarante, em conjunto com a Federação Distrital do Porto e a sua secção setorial da saúde, e com o grupo parlamentar na Assembleia da República, promoveu no passado dia 14 de abril uma visita ao Centro de Saúde de Amarante, com vista a alertar os amarantinos para a intenção deste governo de dificultar o acesso dos cidadãos ao SNS ou eliminando estruturas de proximidade, comprometendo deste modo os níveis de saúde desejados, a universalidade, a equidade e a qualidade do mesmo.

Os amarantinos estão na iminência de verem os seus direitos serem usurpados e desrespeitados no setor da saúde, sendo as franjas desprotegidas da população as mais afetadas pela decisão de um governo centralista que não olha a meios para atingir os seus fins.

Tendo em conta as recentes políticas levadas a cabo por este governo no que se refere ao setor da saúde, o Partido Socialista acredita que a prestação de cuidados de saúde primários aos amarantinos está seriamente ameaçada nomeadamente com o equacionado encerramento das extensões de Jazente e de Vila Caíz do Centro de Saúde Amarante.

A confirmar-se este cenário, o acesso dos amarantinos aos cuidados de saúde primários de proximidade ficará seriamente comprometido, com especial ênfase para as populações das freguesias afetadas.

De notar que a maioria da população abrangida por estas extensões é idosa, com dificuldades de locomoção e de recursos financeiros modestos o que dificulta a sua deslocação para o Centro de Saúde Amarante. Ao mesmo tempo, estes utentes irão engrossar a já longa lista de doentes sem médico de família.

Este governo ignora os direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição em prol de uma política economicista. Colocando os cuidados de saúde mais distantes dos cidadãos e mais dependentes do poder económico, “inviabilizando” o acesso dos cidadãos aos seus direitos constitucionais consagrados.

O Partido Socialista de Amarante tudo fará para que as referidas extensões se mantenham em funcionamento com a qualidade do serviço adequado às necessidades dos utentes de forma a garantir aos amarantinos o acesso à saúde em igualdade de circunstâncias.

O PS de Amarante, os seus vereadores, os deputados municipais e os deputados na Assembleia da República, tudo farão para que o encerramento das extensões de saúde de Jazente e de Vila Caíz não se concretize.

Consideramos ainda inaceitável, que o governo, através de uma portaria publicada (82/2014, de 10 de abril), com o pretexto da necessidade de categorização dos serviços e estabelecimentos retire serviços/especialidades ao Centro Hospitalar Tâmega e Sousa.

Pela referida Portaria serão retiradas as especialidades de cirurgia vascular, cirurgia plástica, urologia e neonatologia. Mas a destruição não fica por aqui tendo existido uma orientação da ARS Norte, para o Centro Hospitalar Tâmega e Sousa cortar na sua atividade, num valor correspondente a 2 milhões e 400.000 euros, ou seja um corte de 3,2%.

Considera também o PS inaceitável que o governo, através da mesma Portaria, pretenda eliminar até 31 de dezembro de 2015 a maternidade do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa.

Estamos claramente, perante cortes sem reformas, sem selectividade, banalizados e irracionais. Os cuidados de proximidade estão a ser destruídos, a centralização começa a ser uma realidade e as pessoas a ficar com os cuidados de saúde públicos cada vez mais distantes e sem igualdade no acesso.

A posição do PS é de completa oposição a estas medidas. Não podemos concordar que numa altura em que o SNS mais falta faz, seja o período em que mais se destrói. Consideramos que é um erro político, e como tal tem de ser anulado.

Desafiamos e apelamos todas as forças do concelho de Amarante e da região a uma solidariedade, inclusive política, para que se impeça este ato tão prejudicial para os cidadãos desta região.

O Partido Socialista de Amarante continuará empenhado na luta por uma Saúde mais próxima, bem como na defesa intransigente dos interesses dos amarantinos”.

JOSÉ FREITAS RIBEIRO – PS

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia, é seguramente do conhecimento de todos, que o ministério da saúde pretende encerrar vários serviços do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa e por conseguinte no nosso hospital de São Gonçalo, esvaziando-o ainda mais e aumentando o caos que se vive e presenciamos no hospital Padre Américo quando necessitamos de a ele recorrer por não podermos ser atendidos no nosso hospital.

Mas se isso não chegasse, pretende também o Ministério da Saúde fechar as extensões de saúde de Jazente e de Vila Caíz, para dessa forma também instalar o caos no Centro de Saúde de Amarante com o evidente aumento da procura pelo encerramento das extensões referidas, causando graves prejuízos aos amarantinos utentes desses serviços.

A extensão de saúde de Vila Caíz que é a que melhor conheço e que diretamente mais me preocupa, foi criada em 1989, desde aí, tem prestado um inegável serviço às pessoas que ali vivem e não só, tem apenas um médico, o Dr. José Matos, a quem daqui presto a minha singela homenagem, por todo o trabalho que tem desenvolvido ao longo de todos estes anos e muitas vezes sem as condições necessárias para o exercício de tão nobre profissão, minimizando o sofrimento de uns, ajudando a salvar a vida de outros e apoiando principalmente os mais idosos, que são os que têm mais dificuldade de se deslocarem para Amarante cidade ou para outras localidades.

Em 2007, as instalações da extensão saúde de Vila Caíz foram ampliadas e remodeladas, gastando o Ministério da Saúde em obras e equipamentos, cerca de 180 000€, instalações essas, que dão todas as condições aos técnicos de saúde que lá trabalham, para prestarem o atendimento necessário a todos aqueles que têm a sorte de ter médico de família, que é meu caso, os outros, são atendidos na extensão de Livração, Marco de Canaveses, ou no Centro de Saúde de Amarante.

Não precisamos que nos fechem a extensão de saúde, precisamos é de mais um médico, para que todas as pessoas de Vila Caíz tenham médico de família e não precisem de se deslocar para Livração Marco de Canaveses ou para Amarante cidade.

Senhor Presidente da Assembleia, desejo fazer uma pergunta ao Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que é a seguinte:

Senhor Presidente da Câmara, face às minhas preocupações, que julgo serão também as de Vossa Excelência, da Câmara Municipal e da maioria dos amarantinos, pergunto;

O que já fez, ou o que pretende fazer, para alterar esta situação, não permitindo que nos tirem mais serviços a Amarante, ou seja, aos Amarantinos”.

LUÍS VAN ZELLER DE MACEDO – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado disse que no passado mês de março teve lugar um ato que reportam da maior relevância - a concretização de um acordo entre cinco municípios.

Os municípios que dele fazem parte são para além de Amarante, o de Celorico de Basto, o de Baião e os dois do Douro Sul, Cinfães e Resende.

Para além dos cinco municípios o acordo foi também assinado pelo Presidente da Dolmen, em nome desta cooperativa, que como sabemos gere fundos comunitários de apoio a projetos de desenvolvimento.

Esse acordo ficou desde logo conhecido por acordo de Amarante, tendo o nosso município tido um papel fundamental como o seu primeiro impulsionador.

Estes municípios continuarão naturalmente inseridos na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM), não pretendendo de qualquer forma substituir-se a ela.

O objetivo deste acordo é o de assumir uma estratégia de desenvolvimento comum para um território com atrasos de desenvolvimento cujos indicadores o colocam na cauda da Europa.

Estando nós como é sabido às portas de um novo quadro comunitário, oportunidade única e última de conseguir reverter esta situação, era imperioso que politicamente fosse dado este passo.

A importância do ato, ao reunir municípios de diferentes áreas políticas mas que possuem, como já se disse, problemas comuns, denota uma sensibilidade para estes por parte dos seus responsáveis.

No caso concreto de Amarante mostra desde logo uma atitude diferente da do passado, na forma de se relacionar com os concelhos vizinhos.

Vizinhos esses com problemas comuns como seja uma baixa densidade populacional, fenómeno demográfico que urge inverter através da fixação dos residentes e da atração de novos. Ora, isso só se conseguirá, pela criação de emprego local que evite por um lado a fuga para outros municípios e que possa por outro atrair novos atores, quer sejam empresários quer quadros qualificados.

Por todas estas razões e por outras que naturalmente lhes estão subjacentes é que consideramos da maior importância a assinatura deste acordo.

O PSD enquanto força política que apoia este Executivo vê assim com o maior agrado este tipo de iniciativas que pela sua relevância e impacto futuro trará certamente resultados positivos não só para o nosso município, mas para toda uma região na qual ele se insere e da qual pode ser motor de liderança de um desenvolvimento há muito adiado.

LÚCIA COUTINHO – AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“O Movimento Independente Amarante Somos Todos retoma, mais uma vez, um assunto que considera de importância vital para Amarante e que tem merecido, da nossa parte, reflexão e análise, agora que se está a concluir o (PEDI-TS) Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Temos presente o relatório de trabalho nº 2 do (PEDI-TS), enquanto versão preparatória do Relatório Final, para efeitos de apresentação ao Conselho Intermunicipal, visando obter a sua aprovação.

O que todos ambicionamos é que não se dissipem as oportunidades que nos são disponibilizadas pela Comunidade Europeia. Que consigamos atingir, na máxima plenitude, os desafios que são lançados a Portugal pela União Europeia, no quadro Europa 2020, que este Município consiga, através dos fundos comunitários e dos recursos e meios que são disponibilizados, realizar o maior número de projetos, satisfazendo desta forma as necessidades das populações e melhorando as suas condições de vida.

Debruçando-nos sobre o relatório de trabalho do PEDI (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tâmega e Sousa) verificamos que na caracterização que aí é feita do Tâmega e Sousa, há muitas áreas que ficam aquém do que esperaríamos.

Vejamos a título de exemplo a Cultura e o Património, que o nosso Município considera prioritários, e que nesse relatório de trabalho surgem agregados ao setor do Turismo ou cingem-se à Rota do Românico. É sem dúvida uma visão redutora da cultura que não poderá merecer a nossa concordância.

A cultura é, indubitavelmente, para o nosso concelho uma atividade económica relevante.

O mesmo se diga das Atividades Agrícolas, que o Município de Amarante estabelece como prioridade, com a indelével importância do Vinho Verde de Amarante.

E os exemplos sucedem-se no Turismo, com os vários segmentos, religioso, cultural, gastronómico e turístico; na Indústria onde o Município de Amarante tem tradição nas madeiras, na metalomecânica, etc.

Entendemos que o PEDI – TS não é um bom documento para o nosso território e para Amarante e não nos revemos no mesmo.

Temos a nossa identidade própria, o nosso ADN e não podemos nem pretendemos abdicar das realidades que nos distinguem.

Devemos apostar e trabalhar em prole de instituições fortes para o nosso território, sendo que estas não se esgotam na CIM. Refiro-me concretamente à Associação de Municípios do Baixo Tâmega, pela identidade do espaço regional e territorial que abrange.

Contudo, como já o dissemos nesta Assembleia, enquanto membros da CIM Tâmega e Sousa e da Associação dos Municípios do Baixo Tâmega o nosso Município deve participar ativamente nestas instituições, ter aí uma posição de domínio, que permita ao concelho de Amarante readquirir a importância, a liderança e a centralidade na região.

Não duvidamos da importância da CIM, no plano estratégico, da sua relevância como *“agente dinamizador, coordenador”*, mas, como a própria refere, *“não como protagonista exclusivo, ou até prioritário de todas as iniciativas.”*

Mas não podemos deixar que a CIM ocupe todo o plano. A CIM não é o princípio nem o fim de todas as coisas.

Amarante tem de definir um rumo em matéria de plano estratégico. É necessário que o município decida quais as suas linhas orientadoras e programáticas.

Com a estratégia e os equipamentos indispensáveis definidos, obteremos certamente fontes alternativas de financiamento sem passar necessariamente pela CIM: os planos operacionais regionais, os mecanismos de apoio direto da comunidade europeia e outros.

Entendemos que se colocam dois desafios a Amarante: Definir os seus projetos estratégicos; Elaborar os projetos. Posto isto, certamente que se encontrarão os adequados mecanismos de financiamento.

É consabido que sem estratégia não há planeamento e sem planeamento não há desenvolvimento.

Os amarantinos não nos perdoariam se voltássemos a cometer os erros do passado, se desperdiçássemos, nestes tempos de rigor e exigência, oportunidades, que não se repetirão.

Se perdêssemos a oportunidade de aceder aos Quadros de Fundos Comunitários.

Falamos do desenvolvimento de Amarante e da melhoria das condições de vida das nossas populações, pois sem recurso a estes fundos, a financiamento, não conseguiremos o nosso desenvolvimento.

Esta é uma tarefa de todos os amarantinos, independentemente de estarmos no poder ou na oposição. Só assim se faz a participação política e cívica.

Não podemos desperdiçar tempo, Amarante tem de ser capaz de definir o seu plano estratégico. É um grande desafio, mas todos seremos capazes.

Os amarantinos, que nos conferiram mandato para os representar, esperam de nós essa capacidade”.

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra disse que após um período de aprendizagem e expectativa nesta Assembleia, chegou o momento de assumir as minhas próprias responsabilidades e maior intervenção.

Falo-ei dentro de um espírito de colaboração democrática, de forma positiva e postura ética.

Sempre defendi e defendo, uma sociedade civil interventiva e com capacidade de reivindicar novas formas de intervenção política.

Não pondo em causa, de forma alguma, a importância dos partidos políticos neste processo, penso no entanto que, a participação democrática, não se esgota nesses mesmos partidos políticos.

O meu caso é apenas um exemplo. Fiz suspender a partidocracia em Ansiães, através de um grupo de cidadãos eleitores.

Para mim, ser independente nesta Assembleia é sinónimo de liberdade, é ter a humildade de saber que todos os dias, são dias para aprender algo de novo, que em diálogo e partilha nos poderão e deverão levar a atingir os nossos sonhos e não defraudar quem nos elegeu.

As minhas responsabilidades principais, serão para com a minha comunidade. É importante no entanto, que todos façamos o melhor não apenas em prol da nossa freguesia, mas também para com a nossa cidade, concelho e região.

Estou disposto e disponível para ajudar a atingir estes objetivos.

HUGO PEIXOTO – PS

No uso da palavra, o senhor deputado disse que: “nestas últimas semanas temos vindo a ter conhecimento por parte da própria câmara e dos órgãos de comunicação social da criação de um laboratório de inovação urbana. Este descobrir e colmatar as lacunas urbanas refere-se ao pensar a cidade e é algo que o partido socialista avalia como uma matéria de extrema importância. É pensando hoje a cidade que se consegue construir o futuro, é estudando o passado e analisando o presente que se consegue construir um futuro sustentável. Nesse sentido queria começar por enaltecer esta ideia de pensar a cidade de Amarante como um todo e como uma estrutura unitária. Assim apenas me carece um pedido de esclarecimento por parte do Exmo. Sr. Presidente da Câmara sobre o conteúdo programático que este laboratório irá incorporar, qual é o verdadeiro ímpeto conceptual que esta por trás deste conceito? Pensar a cidade deve ser enquadrado como um todo, a cidade é um organismo holístico, funciona na conjugação de um conjunto de sectores e de fatores e pela informação que temos tido conhecimento quer por parte das diretrizes do concurso, quer por parte das notícias que têm sido públicas, parece-nos um pouco relativa esta análise que está a ser feita, uma vez que não abrange este pensamento urbano, não abrange o ímpeto total que deve constar de uma análise urbana de uma cidade como Amarante. Nesse sentido e estando obviamente aberto a este esclarecimento, não posso deixar de passar que uma análise de uma cidade, de um organismo urbano deve incorporar o conjunto total e ao analisarmos o próprio conteúdo do concurso vemos que falta alguma coisa ao nível de áreas científicas. Para nós não faz qualquer sentido analisar e estudar a cidade e não termos alguém do ímpeto da cidade, como do planeamento urbanístico, como alguém da área da arquitetura que possa dar uma ajuda a este pensamento global.

Para finalizar não posso de deixar aqui um pequeno reparo, e apenas numa nota de reflexão final, recorda-me numa assembleia passada quando falávamos de concursos públicos, que o presente executivo criticou e os queria anular (concurso que vinha do anterior executivo), porque diziam que o espectro de candidatos não foi suficientemente alargado e que deveria ser alargado. Pergunto-me se com um prazo de candidatura de 2 dias úteis, que começou numa quinta-feira, passou todo o período da Páscoa e acabou na terça-feira se conseguimos chegar a esse espectro tão alargado de pessoas que anteriormente fora tão fulcral”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que neste momento parece que estamos todos de acordo. Contudo, é preciso ter presente alguma memória e alguma coerência relativamente a este assunto.

É importante recordar quando é que começamos a perder as valências no Hospital. Quando é que foi encerrada a maternidade? Lembram-se?

Leu partes do texto da nota de imprensa do PS à comunicação social, onde se fala do encerramento do Centro de Saúde de Vila Caíz e Jazente. Afirmando a seguir que ao ler-se aquela nota de imprensa, e se não estivéssemos em presença de um assunto tão sério, daria a mesma para rir.

Continuou a sua intervenção para dizer que alguns dos agora deputados municipais, não sabem que quem mais lutou pela continuidade das valências no nosso Hospital foi o atual Presidente da Câmara. Nessa altura o que fez o PS? Limitou-se a assistir ao encerramento das valências, como se isso não fosse demasiado importante para Amarante. Nessa altura, e como consta de uma entrevista dada ao Jornal Público, o Presidente da Câmara de então, aceitou o encerramento do bloco de partos, a troco de outras promessas. Os 800.000 euros que na altura ali foram gastos seriam depois rentabilizados de outras formas. Nesta altura devemos estar todos na luta por esta causa. O PSD vai estar sempre onde estejam em jogo os interesses de Amarante. Devemos é fazer uma análise séria de todo este processo.

Quanto às Extensões dos Centros de Saúde, disse que para já não encerrarão.

Afirmou depois que "O Dr. Álvaro Beleza, quando teve responsabilidades governamentais no governo do PS, prometeu para Amarante a colocação de médicos de família e que, até hoje não foram colocados nenhuns".

Terminou a intervenção dizendo que o PSD não vai embarcar em silêncios cúmplices e vai lutar sempre pelos interesses de Amarante, seja o governo qual for.

MOURA E SILVA – CDS-PP

No uso da palavra, começou por referir-se à criação do Serviço Nacional de Saúde pela lei 56/79 de 15 de setembro, e que o último sistema de classificação é de 1986. Nessa ocasião assistiu-se a uma evolução na organização hospitalar com a publicação de alguns despachos ministeriais que anunciavam o estabelecimento de uma carta hospitalar portuguesa e os seus princípios orientadores. Essa carta hospitalar nunca veio a ser completamente implementada.

Só no ano de 1993, é que o estatuto do SNS sofreu as grandes alterações, e passa a determinar que as grandes instituições e serviços integrados no SNS sejam classificados segundo a natureza das suas responsabilidades e o quadro de valências efetivamente existentes. Estas alterações fazem parte do que ainda hoje é o SNS.

No entanto, durante 21 anos nunca foi publicado o sistema de classificação e também por isso o hospital de Amarante teve perdas.

Disse estar em desacordo com parte da portaria, sobretudo na parte que se refere à área de influência por número de habitantes.

Este fator, que aparece como estratégia com objectivos claros, não devia interferir e ser determinante para o ganho ou perda de valências.

Este facto é justificadamente uma questão de combate político.

Não sei se vamos ter de retirar população da área de cobertura do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, para podermos ganhar o argumento do número de utentes. Devemos defender a região e dar-lhe força que ela deve e precisa de ter.

Temos vindo a perder muito, não só no concelho mas acima de tudo na região. A saúde é um bem inestimável. O Serviço Nacional de Saúde é de todos. Todos contribuímos para que ele exista. Logo, todos temos de lutar por ele.

Deu de seguida o exemplo dos valores que se pagam nos Hospitais portugueses numa operação às cataratas. Em Portugal custa, 2500 euros, enquanto que na Alemanha custa 280 euros. Na Suécia e na Áustria custa 1900 euros no primeiro e

2000 euros no segundo. É preciso reequilibrar os orçamentos. Só assim conseguiremos ter um melhor Serviço Nacional de Saúde.

ANTONIO RICARDO – PRESIDENTE DA J. F. DE VILA CAÍZ

No uso da palavra, começou por dizer que se sentia indignado pelas palavras usadas na intervenção do senhor José Freitas de Vila Caíz. Desafiou o Partido Socialista a apresentar o documento que diz que a Extensão do Centro de Saúde de Vila Caíz vai fechar. Não é sério. Não foi preciso que viesse a Amarante alguém anunciar essa medida. Temos é de lutar contra ela. Agora, espera para ver quantos médicos o Partido Socialista vai lá colocar quando for governo. Não devemos alarmar a população. Lamenta que o senhor Freitas não tenha estado na Assembleia de Freguesia de Vila Caíz, realizada no passado dia 25 de Abril, para, aí sim, discutir o assunto.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que espera que estejamos todos juntos nesta luta. A Moção foi elaborada para unir e não para dividir as pessoas. Disse ainda que foi no próprio Centro de Saúde que o PS questionou o senhor Diretor acerca do encerramento ou não das Extensões do Centro de Saúde. Sobrecarregar os Centros de Saúde não é solução. Disse ainda ao deputado António Araújo que no PS sempre foram corretos e têm boa memória. Questionando-o a seguir sobre o que fez agora, depois da publicação desta Portaria e destes comunicados? Se tanto falava no passado, porque é que não vem agora dar conhecimento das demarches que parece estar a fazer?

De seguida, usou da palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, para dizer que enquanto Presidente de Câmara, deixou um Hospital novo. É pena que tudo para ali foi prometido não esteja a ser cumprido. Aceita que é preciso fazer reformas nalguns setores, mas é preciso criar alternativas e provar porque é que se fecham serviços.

O encerramento das Extensões do Centros de Saúde de Jazente e Vila Caíz, foi-lhe comunicado pela senhora diretora que numa reunião lhe disse que isso poderia vir a acontecer. Daí, sentirem-se na obrigação de defender os serviços de saúde em Amarante.

JOSE FREITAS – VILA CAÍZ

No uso da palavra, referiu-se à intervenção do senhor Presidente da Junta de Vila Caíz, para lhe dizer que como cidadão e eleitor na freguesia de Vila Caíz, não precisa da sua autorização para poder falar nos problemas de Amarante e em concreto nos de Vila Caíz. O senhor Presidente da Junta pode ser sério mas não é mais do que ele.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

Em resposta ao senhor Presidente da Assembleia, disse-lhe que relativamente às questões do Hospital, pelos vistos só se começaram a preocupar depois de ter entrado o governo PSD. É verdade que ficou um Hospital novo, mas quase vazio depois de muitas promessas. As paredes não tratam doentes.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou de novo da palavra para dizer que não pode intervir, como queria, no período da ordem do dia. Disse ainda que na próxima reunião da Assembleia não iria presidir à Assembleia no período de antes da ordem do dia, para poder usar da palavra de forma a poder explicar todo o processo do Hospital de Amarante. Acrescentou ainda que o Dr. Álvaro Beleza não foi Secretário de Estado da Saúde e que na próxima reunião da Assembleia Municipal, vai

responder-lhe com toda a lealdade e com a veracidade que o assunto merece, para que fique esclarecido.

Por sua vez, o senhor deputado **ANTONIO ARAÚJO do PSD**, disse ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que ele tem o direito de usar da palavra e de lhe responder também com toda a lealdade que ele tem para com ele, ao que o senhor Presidente da Assembleia lhe respondeu que vai agir com lealdade.

SR. PRESIDENTE DA CAMARA – DR. JOSÉ LUIS GASPAR

No uso da palavra, começou por dizer que o tema saúde deve merecer especial atenção de todos nós. Relativamente a este assunto, disse ainda que não recebe lições de moral de ninguém. Pois desde a assinatura do protocolo do Centro Hospitalar que percebeu que o processo era uma fraude. Percebeu logo nessa altura, que não era exequível. O modelo adotado baseava-se no espanhol, e que qualquer pessoa iria perceber logo à partida que não funcionaria em Portugal. Sabiam que não iriam encontrar médicos e que começariam a levar as pessoas para o Hospital Padre Américo em Penafiel. Relembrou ainda que disse em tempos ao senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital Padre Américo, numa reunião realizada na Câmara, que todo o protocolo era uma fraude. Foi-lhe perguntado por exemplo porque é que o Hospital de Valongo estava a crescer e se iríamos ter melhor Hospital?. Respondeu que iríamos ficar muito melhor, mas afinal o que agora se verifica é que estamos muito pior. Continuou a intervenção para dizer que estará sempre na linha da frente no que diz respeito à defesa da saúde para Amarante.

Quando saiu a Portaria, soube-o às dez horas da noite. No dia a seguir contactou todos os outros Presidentes da região. Da parte de Baião, recebeu logo a resposta que deveríamos tomar uma atitude urgente. Entretanto remeteu o processo para a CIM, composta por onze municípios convencido que juntos fariam mais força.

Apesar disso, reafirmou que vai estar sempre na primeira linha, quando estiver em jogo a defesa do nosso concelho, confirmando-o na recente defesa do novo mapa judiciário. Temos de ser coerentes, porque a política não devia ser feita de artimanhas. Vamos todos em conjunto defender Amarante. Relativamente ao Centro de Saúde de Amarante, disse que era mais uma preocupação. Sabe que vai ser criada mais uma outra Unidade de Saúde Familiar. Neste momento faltam cerca de oito médicos. O problema é crónico e já passou por vários governos. É um problema comum a todo país. Agora, para se conseguir mais algum médico para Amarante, outro Centro de Saúde irá ficar sem ele. Enquanto os médicos mais velhos não pedirem a reforma, os serviços vão ficando assegurados. Quando isso acontecer a situação tornar-se-à insustentável e aí sim as Extensões dos Centros de Saúde poderão fechar. É a única garantia que tem. Mesmo mudando o governo, o problema não é fácil de resolver. Até lá temos de defender o que temos.

Usou de seguida a palavra, o senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, que respondendo ao senhor deputado Hugo Peixoto, lhe disse que iria fazer um breve enquadramento acerca de como surgiu o projeto. O laboratório de inovação urbana, surge através de um trabalho que a Câmara tem feito, no sentido de se aproximar das entidades a nível nacional e internacional, que são especialistas nas áreas da inovação social, na área de desenvolvimento urbano e até naquilo que são as chamadas smart cities, ou cidades inteligentes. Têm sido estudados vários projetos, de modo a escolher aquele que poderá ser trazido para Amarante. Surgiu então aquele que agora queremos trazer para Amarante. As várias instituições ligadas ao meio, recomendaram ao Dr. Richard Hylarstedt, uma pessoa que tem trabalhado nessa área que se chama design thinking. Esse estudo procura desenvolver um laboratório de inovação urbana com Câmaras Municipais que tivessem determinadas especificidades. Algumas dessas especificidades tinham a ver com a dimensão da cidade em si, mas acima de tudo, a abertura do Município para projetos protótipo de inovação urbana. O contato surgiu e

Amarante abriu as portas, embora o tempo para essa execução fosse demasiado apertado.

Foram ainda analisadas as várias referências relativas ao senhor Richard que é licenciado em comunicação estratégica, possuindo ainda formação em vários cursos na área social. A base do projeto é utilizar a metodologia design thinking de desenvolvimento urbano colaborativo, envolvendo pessoas e instituições que fazem parte do território. Essa colaboração vai permitir identificar os problemas e desenhar novas soluções para os combater. Nos últimos anos esta metodologia tem sido muito trabalhada no setor público e também em empresas de grande dimensão para satisfazer novas necessidades de mercado, desenvolvendo ainda novos produtos e novos serviços. Basicamente esta é uma área de investigação e desenvolvimento. Aquilo que o Dr. Richard propõe para Amarante, é um projeto protótipo a 10 anos, que caso apresente bons resultados poderá ser aplicado noutras cidades.

O processo baseia-se na investigação, quase sem custos para o Município, a não ser dar condições de trabalho e um espaço, e ter 3 pessoas a auxiliar num curto espaço de tempo, isto é, num período de 20 dias por pessoa.

Continuou a intervenção para dizer que tivemos pouco tempo para agarrar as oportunidades. O perfil que foi traçado para recrutar essas 3 pessoas foi que elas tivessem boa capacidade colaborativa, porque iriam trabalhar diretamente com as populações. Apareceram 40 candidaturas nas mais diversas áreas. O senhor Richard ficou surpreendido com a qualidade dos candidatos. A equipa escolhida vai de encontro às expectativas de todas as áreas necessárias.

Para finalizar disse mais uma vez que o projeto é um protótipo, que espera que venha a ter resultados. Será um trabalho a realizar semana a semana durante 10 semanas, que começa na identificação dos problemas, nas entrevistas e na conclusão dos inquéritos. O relatório final apontará soluções para melhorar a qualidade de vida em Amarante, interagindo com a população para que esta colabore.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente deu de imediato a palavra ao Público presente. Inscreveram-se os senhores: António Adelino. Paulo Barreira e Henrique Baptista.

Perante esta situação, o senhor deputado **ANTÓNIO ARAÚJO** do **PSD**, pediu a palavra para perguntar ao senhor Presidente da Assembleia se alguma das pessoas inscritas o tinha previamente feito, porque na última reunião, o senhor Presidente disse que a partir daí só usaria da palavra quem previamente e com tempo suficiente se inscrevesse, para que quem tem de dar respostas pudesse vir preparado para com dados concretos poder responder. A não ser assim, infelizmente o público não poderá falar.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, admitiu que tivesse dito isso. Para além disso, o Regimento prevê que isso aconteça. Mesmo assim, vai consultar a Assembleia.

Usou de novo a palavra o senhor deputado **ANTÓNIO ARAÚJO**, que disse que em prol da democracia o público deve falar. Mas perante a atitude do senhor Presidente, e salvo o devido respeito, vou passar a deixar de ter crédito quanto às palavras que o senhor Presidente diz nesta Assembleia. Porque está aqui preto no branco, ninguém o obrigou a dizer isto. O senhor frisou que ia cumprir rigorosamente o regimento, e ele fala nessa inscrição prévia. E agora passa o assunto para a Assembleia, desdizendo!

Mas O Presidente da Assembleia Municipal deve continuar a merecer-nos o crédito que lhe é devido. E eu entendo que estando transcrito na ata aquilo que eu acabei de dizer, devia ser cumprido, mas o senhor Presidente fará como melhor entender.

OCTAVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que afinal até parece que o 25 de Abril só foi comemorado e não mais do que isso. Quem ouvir o que até agora foi dito, fica com a ideia que ainda não aconteceu. Até admite que o senhor Presidente da Assembleia tenha falado nas inscrições prévias. Mas uma ata não pode fazer regra, e para além disso há um regimento da Assembleia que se sobrepõe à ata. O Partido Socialista solicita que se use o regimento e cumprindo-o se dê a palavra a quem se inscreveu.

JOAQUIM TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra, disse que gosta que o povo fale e tem esse direito. Ele também é do povo. Agora, não foi ninguém do PSD que disse que o público não podia falar sem estar previamente inscrito. Quem o disse foi o senhor Presidente da Assembleia. Tem de ser ele a decidir o que deve fazer. Por outro lado, o senhor Presidente da Mesa, sempre que o queira, não necessita de autorização da mesma, para em qualquer ponto da Ordem de Trabalhos, responder a qualquer eleito, pois a lei e o Regimento confere-lhe esse poder, apenas é necessário abandonar a Presidência e colocar-se em pé de igualdade com os demais eleitos.

Perante esta situação, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à consideração da Assembleia se “o público hoje inscrito pode ou não usar da palavra?”

Contados os votos, verificou-se que 46 deputados, eram a favor de que os cidadãos presentes nos lugares do público que se inscreveram para usar da palavra o pudessem fazer. Não ouve votos contra, nem abstenções.

Perante este resultado, usou da palavra o senhor **HENRIQUE BAPTISTA**, que disse que o artigo 19º do Regimento é demasiado claro. Permite que ele ou outro qualquer cidadão possam vir à tribuna fazer as perguntas que entendam fazer. Disse que se sentia envergonhado pelo PSD. Passados 40 anos depois do 25 de abril não permitiram que cidadãos amarantinos pudessem usar da palavra. Por esse motivo, ele e os outros elementos do público inscritos para usar da palavra, tomaram a decisão de se retirarem da sala.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra, disse que ia colocar duas questões relacionadas com o relatório. Elogiou a forma como o relatório lhe chegou às mãos, onde são mais ou menos retratadas todas as atividades que os serviços municipais vão desenvolvendo ao longo do período que decorre entre a última reunião e a que hoje realizamos. Sabe bem das dificuldades, porque já teve responsabilidades nessa matéria, e que muito daquilo que ali está escrito não passa no crivo do poder político eleito. Mas, há no relatório duas questões que gostava de ver esclarecidas. Uma tem que ver diretamente com ele e mais à frente já explica porquê, mas outra tem que ver com o que vem escrito relativamente a projetos e informação geográfica, da Divisão de Planeamento e Desenvolvimento, na página 9 que diz a dado passo o seguinte: “Estudo de ligações viárias (Gião/Candemil; Amarante - Vila Meã, Granja-Póvoa; Fridão - Nó de Vila Garcia, pela barragem jusante)”. Como depreende que os técnicos têm tutela, apesar de ter havido algum período de gestão transitória, não houve certamente nenhum técnico que tivesse, por sua iniciativa, feito este tipo de estudos. A sua questão é a de saber se efetivamente o estudo da ligação de Fridão ao nó de Vila Garcia, tem algo mais que não conhecemos, ou eventualmente contraria a discussão política que na Assembleia

se tem feito no sentido de que a Câmara tem uma posição claramente contrária à construção da barragem de Fridão.

A outra questão tem que ver com o Conselho Municipal da Educação. Refere o relatório a realização de uma reunião dos representantes das IPSS no Conselho Municipal da Educação. Ora, sendo ele, a pessoa indicada pela assembleia para estar presente nessas reuniões, o que é certo, é que até hoje não foi ainda convocado para nenhuma. Uma das competências do Conselho Municipal da Educação é o ordenamento da Carta Educativa. Na eventualidade de virem a encerrar mais escolas ou jardins de infância, será que o Executivo vai deixar que seja o Conselho Municipal da Educação a discutir o assunto, ou vai ele próprio aceitar que isso aconteça sem discussão?

MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra referiu-se à variação homologa do primeiro trimestre e à variação homologa da despesa para esse trimestre. Em ano de contenção e crise orçamental, na variação homologa da receita verificamos que há um considerável aumento nos valores das receitas correntes. Gostaria pois de saber quais são as influências para que este aumento seja tão positivo. Há também uma enorme variação na transferência de capital, considerando ainda o período homólogo do primeiro trimestre.

Em relação ao quadro 3, que refere a variação de despesa, verifica-se que em ano de contenção e onde deve haver uma gestão rigorosa, verifica-se que há um maior gasto, que de certeza tem uma justificação. Mesmo assim, gostava de saber porque é que isto acontece? A variação é de 515%, o que é muito considerável. Esta variação tem que ver com a aquisição de bens de capital.? São estas rubricas que lhe suscitam alguma justificação, não que elas não tenham justificação, mas sim pelo facto de todos ficarmos melhor esclarecidos.

AMÉRICO PAULO RIBEIRO – PS

No uso da palavra, perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual o critério que ele usava na escolha dos elementos que compõem as delegações que participam nas comemorações das geminações.

Terminado este período, foi então dada a palavra ao Executivo, que na pessoa da **SENHORA VEREADORA LUCINDA FONSECA**, começou por dizer que ainda não se realizou qualquer reunião do Conselho Municipal de Educação porque, como teve oportunidade de dizer em diversos momentos, e até na última reunião onde o Sr. deputado Jorge Pinto esteve presente, aguardam ainda, por parte da DGESTE, os representantes do ensino público pré-escolar, básico e secundário. Aliás, como também referiu, apesar de não ser da sua competência/responsabilidade, solicitou-o duas vezes, por escrito ao Sr. Delegado da DGESTE, apesar de não ter obtido qualquer resposta e de, tanto quanto sabe, não terem sido despoletados os processos nas escolas. Quanto ao encerramento da escolas e jardins de infância, disse que, como muito bem sabem, essa responsabilidade é do Ministério da Educação. A hipótese de encerramento de que o Sr. Deputado falou parece-nos extemporânea porque, até ao momento, o executivo não tem informações concretas a esse respeito. Disse ainda que as matrículas se iniciaram a 15 de Maio e só terminarão a 15 de Junho. Também frisou que farão tudo o que puderem para que as escolas se mantenham abertas. Se por força da lei, em alguma situação isso não for de todo possível, trabalharão no sentido de minimizar os impactos nas populações que forem afetadas com essas decisões. Acrescentou que, relativamente à questão do Conselho Municipal de Educação, sim, o executivo pretende ouvi-lo, enquanto órgão consultivo, com legitimidade na educação.

Usou de seguida a palavra o **SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA**, que falando sobre as questões colocadas relativamente às vias de comunicação, disse que aquilo que pode dizer de uma maneira geral é que se pretende que o nosso concelho fique com um sistema principal de vias e não apenas com um sistema capilar de vias. Essa tem sido uma preocupação e como tal tem de ficar vertida no PDM.

Esse sistema principal de vias tem vindo a ser estudado e tem a ver com uma maior facilidade na mobilidade por parte de todos nós no concelho. Disse que um sistema de vias é semelhante ao funcionamento do nosso organismo; tem artérias, tem veias e vasos capilares. É baseado nesta filosofia que o executivo tem procurado ajustar a rede viária. O exemplo de uma via Amarante/Vila Meã, como via estruturante foi aquilo que sempre defenderam. Nesta altura podemos fazer um estudo do traçado, com uma reserva do espaço canal. Essa reserva é necessária para que quando houver disponibilidade financeira se possa avançar com o projeto e depois com a obra.

Uma artéria principal a ligar Amarante a Vila Meã é uma preocupação, mas também é uma preocupação para quem quer entrar de Vila Meã para a A4. Daí estar designado genericamente no relatório Amarante / Vila Meã. A questão do nó de Vila Garcia, já vinha a ser discutida há algum tempo, face à possibilidade de podermos ter ou não a Barragem de Fridão. O que foi feito, foi uma ligeira correção ao traçado, para que ficasse uma reserva de espaço canal, para que se isso vier a ser possível possamos elaborar um projeto e mais tarde executar fisicamente a obra.

Usou de seguida da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que respondendo ao senhor deputado Moura e Silva lhe disse que relativamente ao primeiro trimestre do ano passado e ao período homólogo deste ano no que aos valores que ele apontou diz respeito, não tem neste momento dados concretos para lhe poder dar uma resposta. Neste primeiro trimestre não houve da parte do Executivo a introdução de novas despesas ou de novas receitas. Estamos neste momento a fazer um trabalho para melhor poder avaliar a despesa e a receita, tendo em conta o controle de custos por departamento. Pois é necessário ter outros indicadores que nos permitam aferir, com rigor, onde gastamos e como gastamos para podermos comparar o que é comparável. Assumi contudo, que logo que disponha de mais dados far-lhe-á chegar uma resposta mais conclusiva sobre esta matéria,.

Continuou a intervenção para dizer ao senhor deputado do PS Américo Paulo, que quem determina os critérios relativos a quem compõe as delegações que participam nos intercâmbios das geminações é ele. Evidentemente que gostava que estivessem representados todos os partidos políticos. Embora este tenha sido um convite formulado ao anterior Executivo entendeu que deviam estar todos os partidos representados, tivessem sido ou não eleitos. Era bom que estivessem todos presentes junto das comunidades amarantinas.

SR. AMERICO PAULO – PS

No uso da palavra disse que lamentava que o maior partido da oposição não tenha recebido qualquer convite, para integrar a comitiva. O PS quando era poder na Câmara, sempre pautou o exercício das suas funções independentemente da sua representatividade. Não coloca em causa o diálogo e a sã convivência democrática, nem para com o PS nem para com os outros parceiros. Todos somos poucos na defesa de Amarante. O que o PS exige é ser tratado com lisura e respeito, e espera que doravante situações destas não voltem a acontecer.

PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSE LUIS GASPAR

No uso da palavra, disse ao orador anterior que na devida altura pediu para que fizessem parte da delegação dois representantes de cada partido. Pediu desculpa, mas para a próxima falará diretamente com o senhor Américo Paulo. Disse ainda que os dois dos representantes do PS foram uma boa companhia, mas para a próxima vai também convidá-lo. Não quer de maneira alguma desconsiderar o PS. A visita, acima

de tudo, consistiu em apresentar cumprimentos aos parceiros de geminação. Desde o momento em que foi eleito Presidente de Câmara, estava constantemente a receber convites para visitar Wiesloch e Achères, mais ainda, até porque para além das boas relações que existem entre ambas as cidades, estão também jovens amarantinos em formação em Wiesloch. E como já havia uma ida agendada a Achères aproveitou-se essa ida para ir também a Wiesloch numa visita de cortesia. Tendo acontecido ali reuniões muito proveitosas.

O facto de não ter feito o convite ao PS através da concelhia, confessa que foi um equívoco seu, mas que numa próxima visita será evitado. Não quer é que se pense que há alguma desconsideração à sua pessoa.

PONTO Nº 2 – APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

SR. AMÉRICO PAULO – PS

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O Partido Socialista congratula-se com a mensagem do Sr. Presidente da Câmara, onde frisa que o documento de prestação de contas relativamente ao ano de 2013, da qual a maior parte dos meses foi da gestão do Partido Socialista, é manifestamente positivo.

É um documento que vai na continuidade da prestação de contas do ano de 2012, em que, em termos de resultados, quer orçamentais, quer patrimoniais, está em contra-ciclo com a economia nacional, o que é manifestamente positivo.

Mais nos congratulamos por o Sr. Presidente da Câmara na sua mensagem também afirmar que não tem dificuldade em conviver com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, pois é o reconhecimento público da boa saúde financeira que goza a Câmara Municipal de Amarante, resultado da sua boa gestão ao longo dos últimos anos.

Mesmo com uma diminuição de 11% nas receitas totais, principalmente derivada da diminuição das transferências do Estado, o Município de Amarante não deixou de investir.

Num ano de contenção, de crise e de grandes medidas de austeridade o Município investe 14% do orçamento em funções económicas, em que se destacam as pavimentações em diversas freguesias do concelho.

Destacamos o investimento nas funções sociais em 59%, do qual 60% vai para a educação, o que equivale a 3.069.325€.

Este documento reflete ainda que o Município continua a cumprir pontualmente as suas obrigações, pagando aos seus fornecedores dentro do prazo de pagamento, não se vendo no documento referência ao prazo atual de pagamento aos fornecedores, sendo certo que no ano de 2012 o prazo de referência era de 9 dias.

À semelhança de anos anteriores continua a ser cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, já que as receitas correntes são superiores às despesas correntes.

É digno de registo que 2013, foi um dos melhores anos, em termos de lançamento de obras, pois situou-se nos 86%.

Assim sendo, o Partido Socialista votará favoravelmente os documentos de prestação de contas, relativamente ao ano de 2013”.

Usou de seguida da palavra o senhor deputado **ANTÓNIO ARAÚJO do PSD** que disse que na reunião de Câmara, estes documentos tinham sido votados quase por unanimidade, apenas com uma abstenção. Hoje, o PSD votará também a favor.

Como mais ninguém se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação dos documentos. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra – 00,**

abstenções 04, votos a favor – 41. Os documentos foram ainda aprovados em minuta por **Unanimidade** para que pudessem produzir efeitos imediatos.

PONTO NÚMERO 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014

Relativamente a este ponto, foi dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, para que ele fizesse uma introdução ao assunto em discussão. Dirigindo-se à Assembleia, começou por dizer que como o abastecimento de água ainda não passou para a administração das Águas do Noroeste, houve necessidade de reforçar a rubrica com mais 500.000 euros por um período de mais três meses. Há ainda a ter em conta algumas despesas que não estavam previstas. Há entidades que têm de ser subsidiadas como é o caso do IET. E é ainda necessário transferir para as Juntas de Freguesia 116.000 euros para obras correntes. Há também a necessidade de reforçar a rubrica para pequenas obras com 700.000 euros.

O equilíbrio financeiro continua a acontecer. A sustentabilidade até ao fim do ano está garantida.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que iria falar de um tema que lhe é particularmente querido, que é a educação, onde, pela leitura dos documentos se vê uma verba a ela destinada de 160.000 euros. Essa verba é importante se não estivesse especificada a despesa com livros escolares. Nesta altura e na conjuntura económica que vivemos, devemos ter muito cuidado com a forma como gastamos/investimos o dinheiro público.

Todos sabemos que o primeiro ciclo tem subsídios específicos. Pela leitura que faz, esta medida vai financiar provavelmente muitos alunos que talvez até nem precisem tanto dela como isso. Disse ainda que este dinheiro poderia ser canalizado para as atividades extracurriculares, como por exemplo, o ensino do inglês e da música, atividades essas que abrangiam todos os alunos. É este o princípio que defende e não só o apoio aos livros escolares. Daria os parabéns à Câmara, se os 160.000 euros fossem usados na minimização dessas assimetrias existentes entre os alunos do nosso concelho.

HELENA PORTELA – PSD

No uso da palavra, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Como alguns de nós convivem diariamente com a realidade das escolas e não se baseiam apenas em dados estatísticos, realçamos, com gosto, nesta Revisão Orçamental aos Documentos Previsionais de 2014, a cabimentação de uma verba de 160 mil euros para aquisição de manuais escolares para todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública de escolas, dando cumprimento a um compromisso eleitoral da Coligação Afirmar Amarante.

Não sendo uma medida educativa por excelência é, sem dúvida, uma medida de cariz social que revela um olhar atento sobre a sociedade amarantina e uma atitude ponderada que visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias mais jovens. Porque é disso mesmo que se trata: de aliviar as despesas escolares com que os jovens casais se deparam no início de cada ano letivo e permitir que o orçamento familiar esteja um pouco menos espartilhado no mês de setembro. Porque quando falamos de 1º ciclo, falamos essencialmente de famílias jovens que, na sua maioria, estão no início das suas carreiras profissionais e que, por isso, não auferem de salários chorudos.

Se a opção do Executivo é pela universalidade da oferta de manuais escolares, apraz-nos registar que não se pensa apenas naqueles que estão no limiar da pobreza mas em todos; e se para alguns amarantinos a necessidade deste apoio não é

premente, poderão esses aplicar a “folga” do orçamento familiar na dinamização da economia local.

Por fim, registamos que se trata, também, de uma medida que, indiretamente, contribui para a “igualdade de oportunidade de acesso e sucesso escolar” preconizada na Lei de Bases do Sistema Educativo e que vai ao encontro das recomendações apresentadas recentemente no “Atlas da Educação – Contextos Sociais e Locais do Sucesso e Insucesso. Portugal 1991-2012” (da autoria de David Justino e outros, Lisboa 1 de abril de 2014), em que se lê “A capacidade de gerar expectativas de sucesso nos alunos não se deve centrar exclusivamente nas escolas e nos professores. As famílias, as comunidades locais, as autarquias e as empresas têm um contributo a dar para que essas expectativas possam aumentar e contrariar o caráter seletivo e determinístico dos trajetos escolares em contextos sociais de desvantagem económica ou mesmo de exclusão social.”

Acreditamos que esta medida se encaixa plenamente nesta recomendação. Senhor Presidente da Câmara, desejamos que outras medidas surjam num futuro próximo que incentivem a fixação dos jovens na nossa terra, tornando Amarante mais agradável para todos nós”.

FLÁVIA QUEIRÓS – AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra, a senhora deputada fez, relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:

“A Primeira Revisão Orçamental em pouco altera as questões suscitadas no Orçamento apresentado pela Coligação Afirmar Amarante para o ano de 2014, mantendo, no essencial as ações aí previstas. Estamos na presença de uma pequena alteração orçamental, sem grandes rasgos ou transformações relativamente ao documento aprovado em dezembro, donde se destaca a verba atribuída aos acordos de execução.

Tal como na discussão do Plano de Actividades e Orçamento, entendemos que a maioria deve dispor de todas as condições que considera essenciais para a execução das suas linhas programáticas, reservando-nos para a avaliação que forçosamente faremos no final do primeiro exercício.

O Movimento Independente “Amarante Somos Todos” esperava que esta 1ª Revisão Orçamental tivesse mais profundidade, fosse capaz de incorporar algumas das sugestões por nós apresentadas aquando da votação do Plano de Actividades e Orçamento, independentemente de serem ou não originárias da oposição, estando certos que beneficiariam Amarante.

Neste sentido, a criação de um Banco Municipal de Manuais Escolares apresentado no Contrato Eleitoral do Movimento Independente “Amarante Somos Todos”, traduz a preocupação em assegurar o acesso gratuito ou a preço reduzido de todos os manuais escolares, a todas as famílias carenciadas do concelho de Amarante que, no final de cada ano letivo, seriam devolvidos ao banco para posterior reutilização. Aqui, também, teríamos a possibilidade de *“livros doados por ex-alunos das escolas do concelho que estejam em devidas condições, serão incluídos na rede de empréstimos de manuais escolares.”*

Votamos na ocasião favoravelmente e manteremos esse sentido de voto, mantendo igualmente o sentido do teor da nossa declaração de voto”.

MOURA E SILVA – CDS-PP

No uso da palavra o senhor deputado começou por referir-se ao Centro Escolar de Travanca, e do reforço de verba para o concluir. Perguntou ainda se está para breve a revisão da Carta Educativa.

Continuou a sua intervenção para dizer que em setembro se falou na Assembleia Municipal no IET. Que associações fazem hoje parte deste instituto e que verbas ele envolve? Qual o fim daquele instituto?

Terminou a intervenção referindo-se à dotação para manuais escolares. A sua dúvida não está na forma como vão ser distribuídos, mas sim qual o critério da sua atribuição. Estão a ser discriminadas as crianças que não estudam na rede pública. Fazia sentido que a proposta abrangesse todos os alunos. Todos são crianças de Amarante.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra, fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Na Assembleia Municipal do dia 28 de dezembro de 2013, no seguimento de algumas intervenções que mostraram o descontentamento pelo facto do orçamento apresentar um desequilíbrio no que respeitava a obras previstas para as Juntas de Freguesia da Coligação relativamente às restantes, dirigi-me a esta Assembleia, salientando quer a manutenção dos protocolos para a realização de pequenas obras em todas as freguesias e o facto de estar convencido que independentemente do que estava explicitamente transcrito no orçamento havia vontade por parte da Câmara e do seu Presidente de efetuar investimentos em todo o concelho, logo em todas as Juntas de Freguesia independentemente da sua cor política e em respeito pelos princípios da igualdade e não discriminação.

É pois, com agrado e satisfação que hoje novamente me dirijo a todos vós, para salientar o trabalho, o esforço e a conseqüente contemplação de obras e ou investimentos a realizar em todas as freguesias por parte da Câmara Municipal inscritas neste orçamento retificativo, tendo sempre por base uma atitude de disponibilidade, abertura e transparência conforme atestam as várias reuniões havidas entre o Sr. Presidente de Câmara e os Presidentes de Junta.

Saliento o compromisso assumido pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Dr. José Luís Gaspar, quando referiu que as obras previstas eram para ser concretizadas durante o ano de 2014.

Quero aqui também realçar, o reforço dos protocolos de execução no seguimento da nova lei da delegação de competências, em cerca de 120.000,00€, onde todas as freguesias são contempladas com um aumento de verbas que varia entre os 2.000,00€ e os 10.000,00€ no seguimento de um critério adotado que foi o dos caminhos municipais.

Estou certo, que o sucesso do nosso concelho, continua a passar por aqui, isto é, termos a capacidade, ou não, de trabalhar em conjunto, estabelecendo as pontes e partilha de responsabilidades, para também assim continuar a respeitar ABRIL e de modo a responder aos desafios que se nos colocam, sempre com mais desenvolvimento”.

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra, começou por dirigir-se ao senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que muito daquilo que prometeu provavelmente cumprirá. Outras promessas provavelmente não cumprirá. Apesar disso deve refletir com os seus pares e estudar melhor este assunto do apoio escolar com a atribuição dos manuais escolares, de modo a não criar injustiças.

Espera ainda que os protocolos com as Juntas de Freguesia sejam cumpridos. Não seria de bom tom que daqui a um ano estivéssemos aqui a ouvir as lamentações das Juntas que o prometido não foi cumprido.

Verifica com agrado que nos acordos de execução há uma verba maior do que aquela que habitualmente era atribuída em mandatos anteriores. No entanto também é bom perceber que esta dotação tem que ver com o saldo da conta de gerência do ano anterior.. Se esse pecúlio for todo gasto durante este ano, seguramente podemos estar aqui para o ano a lamentar o facto de não termos tanto para distribuir.

Perguntou depois a que equipamento náutico se referem os documentos, onde se situa e o que é?

Referiu também uma verba para a requalificação da escola da Póvoa, na freguesia de Ansiães neste momento desativada. Uma vez que está desativada, será que lhe vai ser dado outro destino?

Continuou a intervenção referindo-se a uma verba de 200.000 euros inscrita na rubrica 2.5.2 que tem que ver com o desporto, e que refere a aquisição de terrenos. Que terrenos são esses e para quê? Se puder ser melhor esclarecido agradece.

Referiu-se ao IET que viu os seus estatutos aprovados em 2009. É uma associação de direito privado, de que a Câmara é sócia. Vê nos documentos que lhe vai ser atribuída uma verba de 319.000 euros. Esta verba tem que ver com algum aumento do capital social, ou é para suprir algumas despesas já realizadas?

A mesma coisa em relação à Escola Profissional, dotada com uma verba de 175.000 euros, que não sendo uma verba despiciante, carece certamente de alguma explicação lógica para a sua atribuição.

Terminou a sua intervenção solicitando que no próximo ano estes documentos venham também acompanhados dos balanços e demonstração dos resultados das associações de direito privado de que a Câmara faz parte. Temos esse direito, enquanto órgão fiscalizador, mas também o dever de os pedir.

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra disse que esta primeira revisão aos documentos previsionais para o ano corrente proposta pelo Executivo Municipal, especialmente no que às Freguesias diz respeito, representa não só uma seletividade no investimento público, mas ainda uma grande preocupação de equidade e justiça na sua distribuição.

Este, é um documento sem surpresas para nós, Presidentes de Junta e União.

Todos fomos convidados a participar e dar o nosso contributo. O documento foi discutido de forma aberta e transparente. Foram estabelecidas e respeitadas prioridades.

Seguramente, livres de “amarras” partidárias, todos os senhores Presidentes de Junta e União votariam favoravelmente o documento.

Esta, é a minha grande vantagem.

Voto favoravelmente esta proposta, convictamente e sem reservas.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que subscrevia o que senhor deputado Jorge Pinto disse na intervenção que fez.

Realçou a forma transparente como tudo foi discutido no que diz respeito à distribuição de verbas pelas freguesias.

Referiu-se depois ao Quartel da GNR, perguntando se neste momento há novos desenvolvimentos?.

Quanto à verba destinada à aquisição de livros escolares, disse não lhe parecer um valor assim tão exagerado. Se de alguma forma esse incentivo servir para fixar famílias, já será um bom investimento.

Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor deputado Hugo Carvalho, que ele nunca dará os parabéns à Câmara, por melhor que seja aquilo que ela faça.

ANTÓNIO TOMÁS – CDS/PP

No uso da palavra, disse que a medida de atribuição de manuais escolares é uma boa medida e que a verba a isso destinada será certamente distribuída equitativamente.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra, disse que o ensino devia ser gratuito para todos. É preciso ver bem a quem é que se vão entregar os manuais escolares. Quem tiver por exemplo um rendimento mensal de 5.000 euros, também vai ter direito a beneficiar da medida?

Continuou a intervenção para dizer que hoje os desafios são outros. As atividades curriculares são muito importantes para a formação. Daí que acha muito mais importante que essa verba fosse usada para essas atividades. Quanto ao dar os parabéns à Câmara, fará isso quando entender que ela os merece.

Por sua vez, o senhor **ANTONIO ARAÚJO**, usou de novo a palavra para sugerir que os elementos da sua bancada votem a favor.

A senhora deputada **OCTÁVIA CLEMENTE**, usou também da palavra para dizer que o PS irá votar responsabilmente e por isso vai abster-se relativamente a este ponto.

PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSE LUIS GASPAR

No uso da palavra, começou por dizer ao senhor deputado Hugo Carvalho, que respeitava o seu pensamento, mas comprometeu-se com essa medida e irá cumpri-la. É uma questão social. Neste momento há cantinas abertas nas férias, porque infelizmente há crianças que já passam fome. Esta é a proposta da Câmara. Outras atribuem subsídios para fixar as populações.

Agradeceu as palavras da senhora deputada Helena Portela e Flávia Queirós.

Quanto à verba destinada ao Centro Escolar de Travanca, disse que estão a terminar os arranjos exteriores e que também é necessário começar a adquirir o mobiliário. A Carta Escolar vai começar dentro de pouco tempo a ser revista.

Relativamente ao Instituto Empresarial do Tâmega, disse que em 2008, quando foi feita a candidatura, o objetivo principal era que muitas empresas aderissem e pagassem a cota estipulada. Nessa altura o valor era de 400.000 euros. Muitas das empresas, que entretanto começaram a ter dificuldades financeiras, deixaram de cumprir. Se neste momento a Câmara não contribuir com este apoio de 319.000 euros, o IET vai certamente ter de encerrar. Tomara que não fosse necessário investir aqui esta verba.

Referiu-se de seguida à medida de atribuição de manuais escolares, para dizer que as crianças são todas amarantinas e que esse apoio será dado em função das carências de cada família. Contudo, para o ano esta medida vai ser repensada .

Continuou a intervenção para referir a verba de 2.618.000 euros para as freguesias. Para quem diz que nada se faz, está aqui a prova. Quer ajudar todas as freguesias, porque sejam ou não da cor política da Câmara, ele é o Presidente de todas elas. Espera poder fazer sempre este esforço.

Em resposta às questões colocadas pelo senhor deputado Jorge Pinto, disse-lhe que o equipamento náutico que é referido é um passadiço a ser construído para a Ínsua dos Frades, amovível e construído de forma a que facilmente possa ser guardado para os próximos anos. Quanto aos terrenos, não lhe podia agora dar uma resposta concreta. O mesmo se passa relativamente à escola da Póvoa em Ansiães. Numa próxima reunião pensa ter resposta concreta para estas duas questões.

Quanto à verba de 175.000 euros que referiu tem a ver com a participação na EPALC no valor de 100.000 euros e 75.000 para o IET. Esta verba só será utilizada se os restantes parceiros também pagarem as suas cotas. Caso contrário ficará retida a aguardar até que os outros parceiros o façam.

Terminou este seu período de respostas e esclarecimentos para dizer que o quartel da GNR, parece que vai finalmente avançar. Depois da reunião havida com o senhor Ministro da Administração Interna ficou convencido que desta vez a obra poderá avançar. Para já, o projeto vai ter de ser elaborado até novembro, para o local pré-definido. Gostava que para o ano tivéssemos finalmente uma solução.

Disse ainda que na sua opinião este orçamento foi substancialmente melhorado. Há um enfoque muito grande na área social. Merece apreciação positiva.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 00, Abstenções –**

22, Votos a favor – 28. O documento foi ainda aprovado em minuta por **UNANIMIDADE**, para produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE UM REVISOR OFICIAL DE CONTAS – R.O.C.

Relativamente a este ponto apenas o senhor Presidente da Câmara usou da palavra, para dizer que este assunto vem à Assembleia Municipal para dar cumprimento à lei.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação tendo sido apurada a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Foi ainda aprovada em Minuta também por **UNANIMIDADE**, para produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 - AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO ENTRE A CÂMARA E AS JUNTAS DE FREGUESIA

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores:

ANTONIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra, fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Não obstante o reconhecimento dos grandes esforços do Executivo Municipal para uma melhor e mais justa redistribuição de verbas em função da delegação de competências a transferir para as Juntas de Freguesia, verifico que, em função dos critérios estabelecidos, a Freguesia de Ansiães, apesar de ser contemplada com o máximo de compensação adicional previsto e possível para o corrente ano, continua em relação às demais, prejudicada em mais de 4.000,00€ anuais.

Questiono o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal se, nos próximos Orçamentos a elaborar e aprovar, haverá disponibilidade e abertura, para esta e outras eventuais assimetrias?”

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que se congratulava com o facto de se celebrarem estes acordos de execução com as Juntas de Freguesia. Não sabe qual o critério que foi usado, porque o que foi acordado para a atribuição das verbas, foi o dos quilómetros de estradas que cada freguesia tivesse. Esse acordo não vem plasmado nos documentos e como tal, gostaria de saber qual o critério que presidiu a essa celebração. Também nada é dito acerca da responsabilidade das Juntas de Freguesia, porque por exemplo no que diz respeito à União das Freguesias de Amarante, a gestão do mobiliário urbano fará uma significativa diferença. Pede por isso um esclarecimento acerca deste assunto. Referiu-se ainda às feiras e mercados onde nada foi acordado mas que vêm agora referidas com acordos de execução, nomeadamente Gondar e Vila Meã.

Terminou a sua intervenção questionando se haverá a possibilidade de denunciar esses acordos de execução? O contrato pode ser denunciado pela Assembleia Municipal e pelas Assembleias de Freguesia? A responsabilidade dessa anulação é da Assembleia Municipal, ou das Juntas enquanto entidades outorgantes no processo?.

Solicitou ainda ao senhor Presidente da Câmara que a esclarecesse acerca das especificações das competências a ser delegadas nas Juntas de Freguesias.

Apesar destas questões, o PS votará a favor da proposta.

Usou de seguida da palavra o senhor deputado **ANTONIO ARAÚJO** do **PSD** que sugeriu que a sua bancada votasse a favor da proposta. Disse ainda que era bom que fosse explicado o conteúdo das competências para cada freguesia.

PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSE LUIS GASPAR

No uso da palavra começou por dizer que de momento não tinha uma resposta concreta para poder dar ao senhor Presidente da Junta de Ansiães.

Relativamente ao que foi acordado para a verba a atribuir às Juntas para os acordos de execução foi a quantia de 300 euros por quilómetro de via. Temos de começar a quantificar as coisas. Neste momento e enquanto não temos a Contabilidade de Custos a funcionar, tivemos de encontrar um critério, que foi este.

Quanto à denuncia dos contratos, disse à senhora deputada Octávia Clemente que neste momento não lhe pode responder, porque não sabe se pode ser denunciado e por quem. Relativamente aos mercados/feiras de Gondar e Vila Meã, disse-lhe que a gestão ficará sob a responsabilidade da respetivas Juntas de Freguesia.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação tendo sido apurada a aprovação por **UNANIMIDADE**.

A proposta foi ainda aprovada em Minuta também por **UNANIMIDADE**, para produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 6 - PROPOSTA DE ABERTURA DE CONCURSO PARA PESSOAL DIRIGENTE

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que nos documentos que agora analisam não são referidas aberturas de concursos para todas as chefias. Quais as razões para serem abertas só alguns concursos? Por outro lado, consta dos membros do júri o senhor Vice-Presidente da Câmara, bem como outros membros de méritos reconhecidos, mas conta também o nome de um funcionário da Câmara que exerce funções de chefia, e que também faz parte do concurso do qual agora é diretor. Nada tem contra a pessoa em concreto, mas não lhe parece bem que faça parte desse júri.

Apesar disso a bancada do PS votará a favor.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que este assunto foi votado por unanimidade na reunião de Câmara. Acrescentou a seguir que todos conhecem o funcionário em questão e os seus méritos. Por outro lado, não há na lei qualquer impedimento para que ele possa fazer parte do júri. Concluiu dizendo que na sua opinião não havia necessidade de fazer esse reparo.

Usou de seguida da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse que o técnico da Câmara que agora se contesta, está na lista na qualidade de suplente, Era preciso mais um elemento e não havendo necessidade de solicitar a outras Câmaras mais um elemento, optou-se pelo nosso técnico. No passado sempre fez parte dos júris e isso nunca foi posto em causa. Aliás, os critérios na formação de júris não são iguais em todas as Câmaras. Algumas apenas nomeiam os seus próprios funcionários. Não há nada na lei que determine a constituição de júris.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

Usou de novo da palavra para dizer que não pôs nem pôe em causa as competências do funcionário em questão. Disse ao senhor Presidente que para concursos de chefias a pessoa em causa nunca antes fez parte do júri. Não lhe parece bem que isto aconteça, porque provavelmente até vai ser um dos concorrentes.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apurou-se

a aprovação por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

Como não havia na ordem de trabalhos, mais nenhum ponto agendado para discussão, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando era uma hora e trinta minutos do dia 1 de maio. Da presente reunião lavrou-se a respetiva ata que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos seus secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____